

Resenha

BOSI, Antonio de Pádua. *Reforma Urbana e Luta de Classes. Uberabinha/MG (1888 a 1922)*. São Paulo: Xamã, 2004.

*Ana Paula Cantelli Castro*¹

As questões propostas por Antônio de Pádua Bosi em *Reforma Urbana e Luta de Classes - Uberabinha/MG (1888 a 1922)* contribuem para a compreensão das contradições sociais presentes no meio urbano, bem como das intervenções normativas dos poderes públicos na tentativa de encobrir tais contradições. Este trabalho, publicado pela editora Xamã, é fruto da pesquisa que resultou, originalmente, na tese de doutoramento pela Universidade Federal Fluminense, em 2002, sob o título “Constituição do espaço urbano e conflito social: Uberabinha/MG (1888 a 1922)”.

Debruçando-se sobre amplo arcabouço documental, Antônio de Pádua Bosi nos oferece um estudo cuidadoso sobre as relações sociais, nas primeiras décadas da constituição do espaço urbano em Uberabinha. No livro, o autor discute, além das questões urbanas, importantes aspectos do mundo do trabalho, perpassando temáticas pertinentes à compreensão do processo constitutivo de uma cultura relativa ao mundo do trabalho no Brasil.

Partindo do questionamento “*O que exatamente define a constituição do espaço urbano e quais mecanismos efetivamente operam tal definição?*” (p.27) o autor estabelece um diálogo com uma ampla bibliografia. A pesquisa documental de fôlego permite ao leitor um contato com as contradições e a dinâmica da luta de classes naquele espaço. Esta dinâmica é explicitada por Bosi na análise da constituição de um Estado, que buscava em cada nova lei, cada nova intervenção nos usos dos espaços, uma forma de se afirmar como poder, utilizando-se dos recursos públicos para acumulação de capital. Para tanto, o poder público valeu-se da dotação de infra-estrutura, os chamados “melhoramentos urbanos”, ao mesmo tempo em que buscou formatar a população, interferindo nas suas práticas, inclusive profissionais, para que fossem condizentes com o modelo de progresso e desenvolvimento pretendido pela classe dominante. Entretanto, essa população não esteve, nem está apresentada pelo autor, destituída de vontade e de ação nesse processo.

¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: anacantelli@centershop.com.br.

O grande mérito do autor foi conseguir buscar nos documentos, evidências da participação da população na construção da cidade. É importante salientar que quase toda a documentação relativa a Uberabinha foi produzida pelos poderes públicos ou por memorialistas que, financiados por tais poderes, construíram uma versão ufanista e asséptica da cidade. Já na introdução da obra, Bosi revela como essa documentação se apresenta ao pesquisador, muitas vezes, com a força de “evidência histórica”. Entretanto, o autor conseguiu se desvencilhar destas armadilhas, o que merece destaque, pois muitos que procuraram analisar os mesmos documentos não conseguiram evitá-las.

No que diz respeito, por exemplo, à instituição de impostos, prática que se fez presente no Brasil com maior rigor a partir da instituição da República, Bosi desvenda a resistência dos trabalhadores ao seu pagamento. O autor mostra como esta prática, mesmo raramente articulada entre os trabalhadores, obstava as pretensões dos poderes públicos.

No quinto capítulo, o Bosi demonstra, a partir do trabalho de um memorialista que é uma referência nos trabalhos sobre esta cidade, como a resistência da população incomodou a classe dominante que, servindo-se do poder público, aplicava os métodos que estivessem a seu alcance para fazer valer seu projeto de cidade. A análise do autor define alguns desses métodos. Com uma leitura cuidadosa da documentação ele os revela, especialmente, ao referir-se à gestão de Severiano Rodrigues da Cunha.

Um dos colaboradores do livro de Pezzuti referiu-se ao Cel. Severiano Rodrigues da Cunha - que fora agente executivo por duas vezes - como um 'senhor de coração boníssimo, odiava a violência na hora de praticá-la'. Não há porque duvidar de que homem era realmente violento, (...) Isto nos dá uma idéia sobre um dos recursos empregados à época para garantir o cumprimento da legislação municipal. (p.211)

Se por um lado, o poder público, muitas vezes, afirmou-se tendo como instrumento a violência, o autor explicita que, por outro, a população encontrou outros caminhos, como no caso de João Borges e outros populares que recorreram à própria Câmara a fim de obter concessões para que pudessem manter sua sobrevivência. A Câmara buscou legislar sobre a venda de carnes, sobre a prática da caça, sobre a criação de animais, enfim, toda atividade popular que pudesse fazer frente a uma nova lógica de mercado que se pretendia impor. Por meio da leitura das atas da Câmara Municipal, Bosi desvendou as estratégias

que, por meio do poder público, tornaram ilegais as atividades populares que pudessem fazer frente ao mercado que se procurou instituir nesta cidade. Esta é uma das manifestações do conflito de classes percebidas pelo autor.

Reforma Urbana e Luta de Classes demonstra ainda, que as pretensões econômicas dos poderes públicos não estiveram apenas centradas na transformação das feições do espaço urbano.

“Para a classe dominante, não era somente, portanto, uma questão de mudar o espaço, mas de padronizar também os usos desse espaço e, principalmente, adequar os comportamentos às suas necessidades e perspectivas sociais.” (p.210)

Neste sentido, Bosi contribui com uma análise que permite ao leitor enxergar as múltiplas contradições estabelecidas no urbano, nas disputas para configuração de novos hábitos e valores num espaço em construção.

Os novos valores implicavam também em novas relações de trabalho. A obra trata de um processo complexo, uma vez que esta questão não foi específica de Uberabinha. A interferência nos comportamentos dos trabalhadores, incutindo-lhes a noção de trabalho assalariado, presumia uma nova noção tempo e de disciplina do trabalho. Revela-nos ainda como *“não havendo mais a prática oficial da coação física, a 'obrigatoriedade do trabalho' requeria outros invólucros” (p.229).*

Na análise de Antonio de Pádua Bosi, percebemos que os trabalhadores negros sofreram de forma talvez mais contundente estas mudanças nas relações de trabalho, mas não foram os únicos. *“De uma forma mais específica, porém, em Uberabinha, era a vadiagem negra que mais incomodava a ordem e mobilizava as penas dos legisladores.” (P.238)* A obra aponta também, como tais transformações chegaram ao cotidiano dos trabalhadores imigrantes estrangeiros e migrantes rurais, outro alvo da legislação e interferência do poder público.

A perspectiva de uma população ordeira e em consonância com os projetos de uma cidade limpa e garrida, anunciada de forma sistemática pelos memorialistas que são referência à escrita da história de Uberabinha é desmistificada na obra de Bosi. Dentre os memorialistas o mais importante talvez tenha sido o cônego Pedro Pezutti.

“É necessário lembrar neste ponto que boa parte do que fora salientado no livro escrito por Cônego Pezzuti chegaria até a década de 1980, na visão da historiografia local, como imagem profundamente divulgada e aceita sobre a cidade: sua vocação para o comércio, para o progresso, para a ordem, para o trabalho.” (p.65)

O autor discute neste sentido, a formação da cidade como importante entreposto comercial no início do século XX, ultrapassando a consagrada equação: estrada de ferro, Companhia de Autoviação e ideário burguês. E o faz, dialogando criticamente com uma rica historiografia local já existente. Tal diálogo, e o levantamento de questões de ordem teórico-metodológica enriquecem o trabalho, embora tenham custado um adiamento da abordagem efetiva da realidade dos trabalhadores em Uberabinha, o que foi feito nos dois últimos capítulos. Este procedimento não desmerece o trabalho do autor, pelo contrário, revela a seriedade com a qual encarna o ofício do historiador.